

26 a 28 de maio de 2026 | Brasília-DF

2ª Conferência Nacional de **ARQUIVOS**

"Arquivos: agentes da cidadania e da democracia"



Grupo de Trabalho Eixo 3 - Preservação e patrimônio arquivístico

Em atendimento ao ART. 12 do Regulamento Interno da 2ª Conferência Nacional de Arquivos, aprovado em 26 de maio de 2026, disponibiliza-se abaixo as propostas originais advindas das etapas prévias.

O Eixo 3 - *Preservação e patrimônio arquivístico* recebeu o total de **63 propostas** resultantes das etapas estaduais e livres.

As propostas apresentadas no presente documento receberam um código de identificação, a partir deste critério elas foram organizadas em ordem alfabética e enumeradas a fim de viabilizar o processo de votação. Os códigos são formados por três partes: (1) sigla da etapa; (2) eixo de Origem; e (3) número da proposta no relatório de origem. As propostas foram codificadas conforme os seguintes exemplos:

- PE-E1-01 - Etapas estaduais e do Distrito Federal foram codificadas utilizando a sigla da unidade federativa (UF) + nº do eixo de origem + nº da proposta. Por exemplo: a proposta com o código PE-E1-01 trata-se da primeira proposta aprovada no Eixo 1 da etapa estadual de Pernambuco.
- CL01-E1-01 - No caso das etapas livres nacionais, sua codificação segue o seguinte padrão CL + nº, que representa a ordem de recebimento do relatório de realização da etapa + nº do eixo de origem + nº da proposta.

As propostas estão transcritas conforme recebidas, portanto, não contam com ajustes ortográficos e gramaticais.

EIXO 3 - PRESERVAÇÃO E PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO

Proposta 01

AL-E3-01 Fortalecimento do capital humano, capacitação continuada em preservação de acervos, gestão documental e espaços arquivísticos com a implementação de um programa de cursos de capacitação na modalidade híbrida (EaD e Presencial) ofertados a partir de parcerias institucionais.

Proposta 02

AL-E3-02 Implementação da Rede Alagoana de Custódia Digital, com infraestrutura resiliente e gestão de riscos com espaço de salvaguarda físico e digital contra desastres climáticos (Enchentes, Evacuação, incêndios, entre outros) em parceria com a defesa civil e bombeiros. Instauração de uma infraestrutura distribuída de preservação digital entre instituições parceiras (Arquivo Público de Alagoas (APA) e secretarias governamentais).

Proposta 03

AM-E3-01 Criação de sistema nacional, permanente e obrigatório, vinculado ao CONARQ, para mapear e monitorar instituições com acervos permanentes. O sistema reunirá dados sobre situação jurídica, administrativa, infraestrutura, acervo e riscos, com diagnósticos periódicos padronizados. Produzirá indicadores e relatórios públicos, orientando políticas e ações. A adesão será condicionante para acesso a recursos públicos federais destinados à área arquivística.

Proposta 04

AM-E3-02 Criação de fundo público nacional, vinculado ao orçamento federal, destinado ao financiamento contínuo da preservação arquivística. Os recursos serão distribuídos por editais, condicionados a diagnósticos e planos de ação vinculados às diretrizes do CONARQ. O fundo apoiará infraestrutura, conservação, preservação digital, gestão de riscos e capacitação, priorizando instituições em situação crítica e regiões com menor estrutura institucional.

Proposta 05

AP-E3-01 Criação de um Fundo Nacional de Preservação do Patrimônio Arquivístico, cujo objetivo é financiar, de forma contínua e estratégica, ações de preservação, gestão e acesso aos arquivos públicos estaduais, municipais e comunitários. Deve ser estruturado como um instrumento permanente de política pública, vinculado ao Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), com gestão compartilhada entre União, Estados, municípios e representantes da sociedade civil.

Proposta 06

BA-E3-01 Criar uma política nacional de uso de inteligência artificial para o tratamento de acervos, com foco na difusão, na preservação e no acesso, com alocação de recursos nas peças orçamentárias, como PPA, LDO e LOA.

Proposta 07

BA-E3-02 Implantar um programa permanente de educação patrimonial, de caráter intersetorial e transversal, nas diversas áreas, com alocação de recursos nas peças orçamentárias, como PPA, LDO e LOA, garantindo a representação de múltiplos grupos sociais, transformando os arquivos em espaços formativos permanentes e articulando educação e cidadania, inclusive por meio do uso de plataformas digitais governamentais.

Proposta 08

CE-E3-01 Instituir Programa Nacional de Preservação Arquivística (PRONARQ), coordenado entre União, Estados e Municípios para a proteção física e digital dos arquivos, atuando na criação e implementação de infraestrutura adequada para entidades arquivísticas, desenvolvimento de repositórios arquivísticos digitais confiáveis, mecanismos de prevenção e resposta a desastres, garantindo acesso contínuo, formação técnica, segurança documental, compartilhamento de conhecimentos e redução das desigualdades regionais.

Proposta 09

CE-E3-02 Criar um fundo nacional com dotação orçamentária própria destinado à preservação do patrimônio arquivístico, implementação e manutenção da infraestrutura física, tecnológica e de segurança, à formação e ampliação de equipes técnicas especializadas permanentes e ao gerenciamento de riscos, assegurando a

proteção e a difusão cultural da memória e do fortalecimento da gestão documental em todos os níveis federativos.

Proposta 10

CL01-E3-01 Instituir um fundo específico destinado à estruturação, manutenção e modernização dos arquivos públicos, assegurando dotação orçamentária própria para ações de preservação, conservação, infraestrutura física e digital, gestão de riscos, formação de equipes, digitalização orientada por critérios arquivísticos e implantação de repositórios e sistemas de acordo com as diretrizes do CONARQ a todos os estados, Distrito Federal e municípios.

Proposta 11

CL01-E3-02 Fortalecer a articulação federativa do Arquivo Nacional, em cooperação com o CONARQ e demais integrantes do SINAR, para instituir um programa permanente de apoio técnico voltado à preservação aos arquivos públicos estaduais, distrital e municipais, com ações continuadas de orientação normativa, capacitação, assistência técnica, produção de instrumentos e diretrizes, realização de caravanas técnicas, formação de redes de cooperação e acompanhamento da institucionalização dos arquivos públicos, de modo a reduzir desigualdades regionais e ampliar a capacidade dos entes federativos para implementar políticas de gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos.

Proposta 12

CL02-E3-01 Instituir programa nacional de diagnóstico, gestão de riscos e salvaguarda das massas documentais acumuladas em órgãos públicos, com definição de responsabilidades institucionais, fluxos operacionais e prioridades de intervenção, contemplando organização, avaliação, destinação e preservação.

Proposta 13

CL02-E3-02 Implantar rede nacional de repositórios arquivísticos digitais confiáveis, baseada em padrões técnicos comuns, requisitos de confiabilidade, autenticidade e preservação de longo prazo, com infraestrutura compartilhada entre instituições públicas responsáveis pela custódia de documentos digitais permanentes.

Proposta 14

CL03-E3-01 Promover a digitalização dos acervos arquivísticos privados dos presidentes da República de forma estratégica, orientada por critérios técnicos e boas práticas de organização, preservação e acesso, de modo a contribuir para a salvaguarda e a difusão desses acervos, bem como a ampliação do acesso e do intercâmbio de informações.

Proposta 15

CL03-E3-02 Fomentar, por meio da diversificação de fontes orçamentárias e busca por parcerias institucionais sustentáveis, infraestrutura física e digital, com financiamento contínuo para organização, preservação, acesso, difusão e resposta a riscos nos acervos arquivísticos privados dos presidentes da República.

Proposta 16

CL04-E3-01 Tombamento de Lugares de Memória: Promover o tombamento de fábricas, presídios e residências de líderes populares onde ocorreram fatos de relevância histórica para os direitos humanos, protegendo esses espaços como patrimônio físico e documental.

Proposta 17

CL04-E3-02 Marcos de Memória Territorial: Instalar marcos e memoriais em vias públicas onde ocorreram assassinatos cometidos pelo braço armado do Estado, transformando o espaço urbano em um arquivo vivo de reparação às vítimas.

Proposta 18

CL05-E3-01 Propor diretrizes nacionais que estabeleçam parâmetros mínimos de infraestrutura física e tecnológica para a preservação de acervos, assegurando condições adequadas de conservação, segurança e sustentabilidade, com participação estudantil em diagnósticos e proposição de soluções adaptadas às realidades locais.

Proposta 19

CL05-E3-02 Implementar programas integrados de formação prática em preservação arquivística (física e digital) nos cursos de Arquivologia, articulando ensino, pesquisa e extensão, com atuação supervisionada de estudantes em laboratórios, repositórios digitais e acervos reais, especialmente em instituições com carência de recursos, fortalecendo a formação profissional e a preservação dos acervos.

Proposta 20

CL06-E3-01 Garantir pleno acesso e prioridade à preservação de todos os documentos, públicos, de todos os poderes e esferas de poder, ou privados, que contenham informações de interesse para apuração de violações de direitos.

Proposta 21

CL06-E3-02 Criar mecanismos de responsabilização social, cível, criminal e fiscal que assegurem a transparência, a gestão, a preservação, o acesso e a difusão de arquivos privados, geridos por empresas privadas com impacto social, político, financeiro e ambiental.

Proposta 22

CL07-E3-01 Assegurar financiamentos públicos específicos para preservação de arquivos públicos e privados e acesso aos arquivos beneficiados.

Proposta 23

CL07-E3-02 Instituir, no âmbito do CONARQ e de outras agências governamentais, políticas e ações de preservação documental integradas à emergência climática e à sustentabilidade, com a implementação de planos de prevenção e de resposta a desastres, infraestrutura resiliente, monitoramento ambiental e práticas sustentáveis. Ampliar as capacidades institucionais para mitigar riscos, proteger acervos e garantir a continuidade, o acesso e a preservação do patrimônio arquivístico.

Proposta 24

CL08-E3-01 Diante da necessidade de tratamento arquivístico e difusão de acervos relativos à escravidão no Brasil, propõem-se constituir um Portal colaborativo via Conarq, em colaboração com o Arquivo Nacional, reunindo instituições brasileiras e estrangeiras, públicas e privadas. Essa parceria deve seguir instruções normativas nacionais e internacionais, viabilizando pesquisas e comprovação de direitos. A iniciativa deverá contar com o apoio financeiro de instituições como a Fundação Alexandre Gusmão e outras.

Proposta 25

CL08-E3-02 Elaborar e executar medidas efetivas, como projetos de lei, tombamentos de acervos e outras que evitem a evasão de acervos documentais referentes aos bens culturais materiais e imateriais (tombados e/ou registrados) bem como que viabilizem a repatriação daqueles acervos documentais que já se encontram no exterior.

Proposta 26

CL09-E3-01 Desenvolvimento de diretrizes específicas para preservação fotográfica, considerando não apenas a digitalização, mas também a conservação de originais, contextos de produção e formas de uso.

Proposta 27

CL09-E3-02 Linha federal de fomento para mapeamento de arquivos fotográficos privados e comunitários de modo a preservar os acervos a fim de disponibilizá-los à pesquisa e a difusão das imagens e arquivos conexos, a partir de espaços de guarda como fototecas estaduais ou centros culturais similares, fortalecendo a memória imagética de interesse cultural e social.

Proposta 28

DF-E3-01 Incluir temáticas de arquivos comunitários e privados nos currículos de graduação em Arquivologia, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, promovendo formação continuada e projetos de extensão que integrem a academia à preservação social.

Proposta 29

DF-E3-02 Efetivar o reconhecimento dos arquivos como integrantes do Patrimônio Histórico-Cultural Brasileiro e infraestrutura científica estratégica, assegurando que sua preservação e difusão sejam tratadas como investimento indispensável para a identidade nacional, a cidadania e o desenvolvimento soberano da ciência, mediadas obrigatoriamente pela atuação técnica de arquivistas e técnicos em arquivo.

Proposta 30

ES-E3-01 A institucionalização e fortalecimento de políticas integradas de preservação arquivística, contemplando conjuntamente suportes não digitais e digitais, com foco na governança institucional, na definição de critérios de priorização, na preservação de documentos arquivísticos com garantia de autenticidade e acesso a longo prazo, e na centralidade do conteúdo documental.

Proposta 31

ES-E3-02 Reconhecimento e enfrentamento do risco de apagamento informacional na transformação digital, por meio da preservação de acervos não digitais, destinação de recursos, formação profissional contínua e fortalecimento da governança para integração entre suportes.

Proposta 32

GO-E3-01 Criar a obrigatoriedade de todos os órgãos públicos que custodiam acervos históricos e elaborar um plano de preservação de desastres. Isso inclui treinamentos de brigadas e salvaguarda de documentos frente a possíveis desastres.

Proposta 33

GO-E3-02 Criação de Fundo para implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis.

Proposta 34

MA-E3-01 Fortalecer a regulação e fiscalização das condições de guarda e gestão dos acervos arquivísticos, diante de sua recorrente precarização estrutural, por meio da instituição de instâncias estaduais, como conselhos ou comissões de arquivística. Considerando o papel normativo do CONARQ, propõe-se a ampliação de suas atribuições para atuação efetiva como órgão regulador e fiscalizador, com sua setorização nos estados, garantindo capilaridade, supervisão contínua e cumprimento das normas.

Proposta 35

MA-E3-02 Instituir programa contínuo de apoio emergencial, com previsão de recursos financeiros, para a salvaguarda do patrimônio arquivístico frente a ações humanas, desastres ambientais e naturais, bem como ao descaso das esferas do poder público responsáveis pela custódia e produção dos acervos. A iniciativa deve assegurar financiamento, medidas preventivas, resposta rápida e recuperação dos documentos, garantindo a proteção e continuidade dos acervos arquivísticos.

Proposta 36

MG-E3-01 Incentivar a criação de uma política de conservação e restauro permanente de documentos arquivísticos, independentemente do suporte, por meio da criação, implantação e consolidação de setores específicos de conservação e restauro em todas as instituições arquivísticas dos entes federativos.

Proposta 37

MG-E3-02 Garantir, por meio da Política Nacional de Arquivos, os recursos humanos, tecnológicos e financeiros indispensáveis para guarda e conservação dos documentos.

Proposta 38

MS-E3-01 Instituir políticas voltadas para a criação de programa de identificação e proteção de acervos em risco, com a previsão de fomento financeiro específico e apoio técnico para preservação, manutenção e ampliação de acervos.

Proposta 39

MS-E3-02 Plano Nacional de Preservação Arquivística - Criar um plano com: - diretrizes técnicas para conservação preventiva e digital; - financiamento contínuo; - mapeamento de acervos em risco. JUSTIFICATIVA: A ausência de uma política nacional estruturada coloca em risco acervos de valor histórico inestimável. Um plano nacional permitirá ações coordenadas de preservação, evitando perdas irreversíveis e garantindo a transmissão da memória às futuras gerações. Trata-se de uma medida urgente e estratégica para a soberania cultural do país.

Proposta 40

MT-E3-01 Instituir programas de financiamento e apoio contínuo para a implementação de Repositórios Digitais Confiáveis (RDC-Arq) nos arquivos estaduais e municipais, corrigindo desigualdades regionais e assimetrias históricas, garantindo que a digitalização obedeça a requisitos técnicos arquivísticos e não sirva para o descarte indiscriminado de documentos de valor permanente, assegurando a integridade e autenticidade da memória institucional.

Proposta 41

MT-E3-02 Estabelecer diretrizes nacionais para o uso da Inteligência Artificial na preservação digital, priorizando infraestruturas soberanas em território nacional. A política deve padronizar o tratamento técnico automatizado e a descrição arquivística de documentos, garantindo a soberania informativa, a eficiência administrativa e o pleno cumprimento da LGPD na salvaguarda da memória institucional brasileira.

Proposta 42

PA-E3-01 Criar e instituir um programa nacional de capacitação em preservação, patrimônio e integridade da informação. Visando o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes de práticas arquivísticas de preservação e conservação considerando as mudanças climáticas, de modo habilitar multiplicadores de práticas de preservação e conservação em arquivos.

Proposta 43

PA-E3-02 Fomentar apoio financeiro, tais como: editais, fundos para a estruturação e manutenção de serviços, na área de preservação e conservação de arquivos, considerando as assimetrias regionais e a necessidade de fortalecer políticas públicas arquivísticas municipais.

Proposta 44

PB-E3-01 Instituir fundos permanentes para preservação arquivística, com financiamento específico para conservação preventiva, preservação digital e adaptação climática. A descontinuidade de recursos compromete diretamente a integridade e a longevidade dos acervos.

Proposta 45

PB-E3-02 Fomentar a conscientização da preservação digital mediante padrões técnicos de gestão arquivística nos projetos do Governo que envolvam os documentos arquivísticos, assegurando a autenticidade documental e confiabilidade desde a produção até o arquivo permanente. Propõe-se, ainda, a criação de um modelo de certificação para os repositórios digitais confiáveis para os órgãos públicos.

Proposta 46

PE-E3-01 Instituir, no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, fundo federal destinado à preservação e modernização do patrimônio arquivístico nacional, com repasse de recursos da União a estados e municípios para conservação de acervos físicos em risco, digitalização de documentos de guarda permanente e implantação de repositórios digitais certificados.

Proposta 47

PE-E3-02 Garantir que o Arquivo Nacional, em parceria com as instituições federais de ensino superior e os arquivos públicos estaduais, ofereça formação técnica continuada de equipes multidisciplinares que atuam em arquivos e espaços de memória, visando à preservação e difusão dos acervos e à manutenção de quadros qualificados.

Proposta 48

PI-E3-01 Implantar e manter um espaço permanente nos órgãos e/ou fora deles para o guarda e preservação de documentos históricos permanentes através de políticas públicas de financiamento com percentual orçamentário destinado a preservação e manutenção de arquivos, museus e centros documentais, garantindo a proteção da memória documental do estado.

Proposta 49

PI-E3-02 Instituir um programa estadual de preservação arquivística, com a criação de uma equipe interna responsável por promover campanhas de conscientização sobre a importância dos arquivos públicos e da memória documental através de parcerias com instituições educacionais e culturais, além da realização de capacitações, elaboração de manuais e uma agenda anual de visitas, palestras e exposições para ampliar a visibilidade e valorização do patrimônio documental.

Proposta 50

PR-E3-01 Instituir, no âmbito da Administração Pública federal, em articulação com estados e municípios, uma política nacional de prevenção e resposta a desastres em arquivos, a ser implementada pelos órgãos arquivísticos e de gestão de riscos por meio de normas, protocolos obrigatórios, planos de emergência, programas de capacitação e linhas específicas de financiamento, com o objetivo de prevenir danos, garantir respostas rápidas e assegurar a recuperação de acervos atingidos por eventos críticos.

Proposta 51

PR-E3-02 Instituir, no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em articulação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e demais órgãos competentes, diretrizes nacionais para o reconhecimento e a proteção do patrimônio arquivístico de grupos étnicos, expressões religiosas, movimentos sociais e de direitos humanos, por meio de instrumentos normativos e procedimentos de registro, tombamento e salvaguarda, com o objetivo de assegurar proteção jurídica, evitar eliminações indevidas e preservar a memória e a diversidade das identidades brasileiras.

Proposta 52

RJ-E3-01 Instituir, no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos, uma instância permanente de monitoramento, avaliação e produção de informações estratégicas para subsidiar a formulação, implementação e revisão da Política Nacional de Arquivos, gerando dados, diagnósticos e indicadores que orientem os ciclos da política pública e promovendo ações de orientação técnica e capacitação contínua aos membros do sistema, visando a preservação e proteção do patrimônio arquivístico.

Proposta 53

RJ-E3-02 Formular um Plano Nacional de Preservação, no âmbito Sistema Nacional de Arquivos, com a finalidade de estabelecer diretrizes, metas e instrumentos para a preservação do patrimônio arquivístico, assegurando condições estruturais, técnicas, financeiras e institucionais para sua proteção.

Proposta 54

RN-E3-01 Instituir, no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), Redes Estaduais de Laboratórios e Núcleos de Preservação do Patrimônio Arquivístico – ligadas às universidades, câmaras municipais, tribunais de justiça e demais instituições – a serem implementadas pelos órgãos do Poderes Executivos Estaduais e Municipais, com auxílio técnico do Arquivo Nacional, com o objetivo de estabelecer políticas permanentes de preservação de documentos de âmbito local/regional.

Proposta 55

RN-E3-02 Criar, por portaria, o Comitê de Governança e Monitoramento, para acompanhamento das propostas e metas da 2a Conferência Nacional de Arquivos nos âmbitos nacional, estadual e municipal, nomeando servidores públicos dos três níveis e representantes da sociedade civil para produzir relatórios a serem apresentados em reuniões anuais específicas do Conarq.

Proposta 56

RS-E3-01 Criar uma Política Nacional de Preservação de Acervos de Instituições Arquivísticas e de Serviços de Arquivo como função estratégica de estado e de memória social e coletiva, capaz de garantir soberania de dados, funcionamento da administração pública e direitos do cidadão. Para isso, nela devem ser contempladas diretrizes voltadas à conscientização, instrumentalização, capacidade técnica,

financiamento, formação e capacitação constantes de pessoal, gestão de riscos, responsabilização de agentes e acesso ao Fundo Nacional Permanente.

Proposta 57

RS-E3-02 Criar uma rede nacional de apoio técnico ao enfrentamento de desastres que oriente, por meio de contratações e capacitações pelos mais diversos profissionais (arquivistas, museólogos, historiadores, bibliotecários, conservadores-restauradores, químicos), assessorias, e textos com recomendações técnicas, as instituições arquivísticas públicas e privadas na elaboração de planos de emergência, contingência e recuperação de acervos com ênfase em ações de conservação preventiva nos acervos que abrigam o patrimônio arquivístico brasileiro.

Proposta 58

SC-E3-01 Instituir um fundo nacional para garantir a infraestrutura necessária à manutenção, preservação de documentos de arquivo e de instituições arquivísticas.

Proposta 59

SC-E3-02 Incluir o tratamento técnico e preservação do patrimônio documental de acervos arquivísticos nas políticas de fomento e programas de financiamento público à ciência, tecnologia e inovação.

Proposta 60

SE-E3-01 Garantir condições físicas, estruturais, tecnológicas e humanas para a preservação e o acesso aos acervos documentais nas instituições arquivísticas públicas e privadas, tratando esses quatro elementos como componentes indissociáveis de uma política de Estado voltada à democracia, ao desenvolvimento científico e ao exercício de direitos, nos termos da Política Nacional de Arquivos (Lei 8.159/1991).

Proposta 61

SE-E3-02 Instituir diretrizes nacionais para o uso da Inteligência Artificial (IA) na gestão, preservação, acesso e difusão de acervos arquivísticos, com capacitação e financiamento.

Proposta 62

SP-E3-01 Instituir a Comunidade Nacional de Preservação no âmbito do SINAR, com adesão voluntária de entidades públicas e privadas que contribuam com recursos financeiros e humanos para o desenvolvimento e a manutenção de ferramentas, a promoção de pesquisa aplicada, a implementação de mecanismos de certificação entre pares e o fortalecimento da capacidade de resposta a sinistros, visando ampliar a confiabilidade e a sustentabilidade dos repositórios arquivísticos no país.

Proposta 63

SP-E3-02 O CONARQ e as estruturas de estado, devem promover a implementação de políticas de preservação digital, por meio de: capacitação profissional; orientações para formulação de políticas, diagnóstico de maturidade e planos de preservação; estratégias de financiamento e manutenção de infraestrutura e desenvolvimento de tecnologias compartilhadas; subsídio ao planejamento de políticas públicas de certificação de repositórios digitais aderentes à realidade brasileira; e monitoramento tecnológico.

Apoio:



Realização:

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

